

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana

CNPJ nº 61.699.567/0051-51

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2018. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2018.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor - Presidente da SPDM

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
	2017	2016	
ATIVO			PASSIVO
Ativo Circulante	48.501.699,21	29.281.345,96	Passivo Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	75.184,28	233.431,68	Fornecedores (Nota 3.9)
Bancos conta movimento (Nota 3.2)	73.178,81	7.045,44	Serviços de Terceiros
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	2.005,47	226.386,24	Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.10)
Contas a Receber (Nota 3.3)	13.184.524,79	12.068.772,48	Salários a pagar (Nota 3.11)
Valor a Receber - Secretaria			Contribuições a recolher (Nota 3.12)
de Estado da Saúde (Nota 3.3.1)	9.870.834,00	8.886.924,08	Provisão de férias (Nota 3.13)
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.3.2)	437.712,48	305.870,09	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.13)
Valores em Negociação -			Provisão de PIS sobre férias (Nota 3.13)
Contrato/Convênio (Nota 3.3.3)	2.875.978,31	2.875.978,31	Provisão de despesas
Outros Créditos (Nota 3.4)	27.114,08	77.664,49	com quitações (Nota 3.19)
Adiantamentos a fornecedores	0,00	31.977,34	Empréstimo a
Antecipações salariais (Nota 3.4.1)	246,25	46,91	funcionário Lei 10820/03 (Nota 3.16)
Antecipação de férias (Nota 3.4.2)	6.981,73	45.640,24	Impostos a recolher (Nota 3.14)
Outros créditos e adiantamentos	19.886,10	0,00	Obrigações Tributárias (Nota 3.15)
Despesas Pagas Antecipadamente (Nota 3.6)	12.924,59	13.080,31	Outras contas a pagar (Nota 3.17)
Prêmios de seguros e outros a vencer	12.924,59	13.080,31	Convênios públicos a realizar (Nota 3.18)
Estoques (Nota 3.5)	35.201.951,47	16.888.397,00	Obrigações com Materiais
Materiais utilizados no setor de Nutrição	4.442,04	8.421,57	de Terceiros (Nota 3.5.1)
Materiais de Almoarifado	72.218,11	42.254,65	Passivo não Circulante
Empréstimos de Materiais a Terceiros	1.515,00	0,00	Obrigações -
Operação com Materiais			Bens Móveis de Terceiros (Nota 3.8)
de Terceiros (Nota 3.5.1)	35.123.776,32	16.837.720,78	Ajustes vida útil econômica -
Ativo Não Circulante	7.800.942,93	15.509.798,79	Bens Móvel de Terceiros (Nota 3.8.1)
Ativo Realizável a Longo Prazo (Nota 3.7)	7.617.362,04	15.234.724,08	Convênios Públicos a realizar
Convênios Públicos a Receber	7.617.362,04	15.234.724,08	Patrimônio Líquido (Nota 5)
Ativo Imobilizado -			Resultado do Exercício (Nota 3.21)
Bens de Terceiros (Nota 3.8)	183.580,89	275.074,71	Total do Passivo
Bens Móveis (Nota 3.8)	549.665,05	536.920,05	56.302.642,14
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.8.1)	(366.084,16)	(261.845,34)	
Total do Ativo	56.302.642,14	44.791.144,75	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2017 e 2016

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Características da Unidade Gerenciada:** Inaugurado sob a gestão da SPDM em 05/03/2014, o Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana tem como atividade principal a prestação de serviços de assistência farmacêutica. Inicialmente integrou o núcleo de Gestão Assistencial - Várzea do Carmo, porém a partir de 01/07/2015 tornou-se independente, integrando o rol das unidades afiliadas da SPDM. Atualmente atende a demanda do município de São Paulo na dispensação de medicamentos de Alto Custo, Programa Fibrose Cística e Centros de Referência em aplicação de Toxina Botulínica e Imiglicerose. Em 31 de Dezembro de 2016 a SPDM firmou com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo o Convênio 778/2016, com prazo de 36 (Trinta e seis) meses, vigente de 30.12.2016 a 30.12.2019, com valor global estimado em R\$ 22.852.086,12 (Vinte e dois milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitenta e seis reais e doze centavos), totalizando para o período de 36 meses, a conta do Programa de Trabalho 10.302.0930.6213.000, do código de despesa nº 33.50.43, do orçamento em vigor. Tendo por objetivo a operacionalização da gestão e execução dos serviços, com a missão de oferecer serviços de assistência farmacêutica, em conformidade com os critérios das boas práticas de farmácias e diretrizes estabelecidas pelos Programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde (MS) e Secretaria Estadual de Saúde (SES) com qualidade e comprometimento socioambiental, buscando o aprimoramento contínuo do atendimento e das pessoas, tendo como foco: • Distribuir e dispensar medicamentos excepcionais, em conformidade com os critérios das boas práticas de farmácia e diretrizes estabelecidas pelos programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado. • Promover a busca contínua da qualidade através do fortalecimento e aperfeiçoamento da assistência farmacêutica, atendimento, sistema de distribuição, dispensação e gestão; • Desenvolver pessoas e contribuir para uma saúde pública digna com compromisso social. • Buscar aperfeiçoamento contínuo de modo a tornar-se um centro de distribuição sendo reconhecido como polo de referência de dispensação de medicamentos, atendimento e assistência farmacêutica. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e Artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de Outubro de 1988. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram Artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada:** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana. Avenida Doutor Altino Arantes, 1.344 - Vila Clementino. São Paulo - SP - CEP 04042-005 - CNPJ nº 61.699.567/0051-51. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administra-

tivos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC - TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam os recursos em moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

	R\$	R\$
	31.12.2017	31.12.2016
Bancos	73.178,81	7.045,44
Aplicação Financeira de Curto Prazo	2.005,47	226.386,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	75.184,28	233.431,68

3.2 - Aplicações Financeiras: As Aplicações Financeiras referem-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB) atualizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), possuem liquidez imediata e são remuneradas a taxas que variam entre 5% e 85% do CDI para períodos abrangidos por estes demonstrativos financeiros. São demonstrados pelo valor aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, com base no regime de competência, tais valores encontram-se aplicados conforme estabelecido em convênios firmados junto a Secretaria de Saúde do Estado, cujo rendimento é revertido em favor da contratante e não da unidade gerenciada.

Instituição	Tipo de	Nº do	Saldo em
Financeira	Aplicação*	Depósito	Taxa % 31.12.2017 em R\$
Banco do Brasil	CDB	3400739852068	85,00 R\$ 1.004,10
Banco Bradesco	CDB	1262106394278	5,00 R\$ 1.001,37

Saldo em Aplicações Financeiras em 31.12.2017 R\$ 2.005,47

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem que a qualquer momento sem a perda de juros transcorridos, possa-se resgatar o valor integral informado no extrato. **3.3 - Contas a Receber:** A prática contábil adotada é o regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.305/10, que aprova a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais e 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus convênios com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo de modo que quando ocorra o reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber:** O saldo registrado nesta conta representa recebíveis de curto prazo (CP), relativos ao Convênio 778/2016, celebrados entre a SPDM e a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Em 31.12.2017 os valores a receber representam o montante de R\$ 9.870.834,00.

Valores a Receber em 31.12.2017 (Em Reais)

Tipo de Recurso	Vencidos	A Vencer	Saldo em 31.12.2017
Custeio -			
Convênio 77/2016	1.269.562,04	-	1.269.562,04
Custeio -			
Convênio 778/2016	-	8.601.271,96	8.601.271,96
Total a Receber	1.269.562,04	8.601.271,96	9.870.834,00

3.3.2 - Estimativas de Rescisão Contratual

A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmando no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e a Secretaria da Saúde do Estado. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2017, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas de Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2017
Aviso Prévio Indenizado	R\$ 313.423,63
Multa 50% FGTS	R\$ 124.288,85
Total	R\$ 437.712,48

3.3.3 - Valores em Negociação - Convênio: Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de Convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos			
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
	2017	2016	
Receita Bruta de Serviços			
Prestados com Restrições	7.368.946,53	6.747.918,45	
Secretaria de Saúde do Estado (Nota 4.1)	6.341.428,95	5.855.822,95	
Isenção usufruída - INSS			
Serviços Próprios (Nota 9.1)	827.568,24	708.760,58	
Isenção usufruída - INSS			
Serviços Terceiros (Nota 9.2)	1.000,00	0,00	
Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.3)	190.242,89	175.674,70	
Trabalho Voluntário Estatutário (Nota 9.4)	8.706,45	7.660,22	
(+) Outras Receitas com Restrições	13.791,91	38.185,29	
Financeiras	13.791,91	38.185,29	
(-) Receita Líquida com Restrições	7.382.738,44	6.786.103,74	
Custos e Despesas			
(-) Custos Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	4.440.784,72	4.556.998,36	
(-) Serviços - Pessoal Próprio	2.542.614,24	2.095.492,44	
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	1.276.323,33	2.021.512,35	
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	5.000,00	0,00	
(-) Mercadorias	76.876,94	55.646,78	
(-) Isenção usufruída - INSS			
Serviços Próprios (Nota 9.1)	538.970,21	371.862,17	
(-) Isenção usufruída - INSS			
Serviços Terceiros (Nota 9.2)	1.000,00	0,00	
(-) Tributos	0,00	12.484,62	
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições	2.941.953,72	2.229.105,38	
(-) Despesas Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	2.881.028,36	2.215.553,14	
(-) Serviços - Pessoal Próprio	1.169.099,23	1.116.679,31	
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	1.076.402,59	402.197,90	
(-) Mercadorias	29.104,40	45.828,90	
(-) Financeiras	11.036,30	32.513,92	
(-) Despesas - Bens Permanentes de Terceiros	12.751,00	8.756,76	
(-) Tributos	95.087,47	89.343,02	
(-) Isenção usufruída - INSS			
Serviços Próprios (Nota 9.1)	288.598,03	336.898,41	
(-) Isenção usufruída - INSS			
Serviços Terceiros (Nota 9.2)	0,00	0,00	
(-) Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.3)	190.242,89	175.674,70	
(-) Isenção usufruída -			
Trabalhos Voluntários (Nota 9.4)	8.706,45	7.660,22	
(-) Outras Despesas	60.925,36	13.552,24	
(-) Outras despesas Financeiras	60.925,36	13.552,24	
Total das Despesas	7.382.738,44	6.786.103,74	
(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições (Nota 6)	0,00	0,00	

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Variações nos ativos e passivos	Dezembro/2017	Dezembro/2016
(Aumento) Redução em contas a receber	6.552.315,86	(25.570.994,60)
(Aumento) Redução em estoques	18.258.556,61	3.672.791,04
Aumento (Redução) em fornecedores	(40.459,10)	242.516,52
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(6.642.605,23)	25.774.701,68
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(91.493,82)	(94.317,12)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	18.036.314,32	4.024.697,52

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

(-) Adição de Bens de Terceiros (18.194.561,72) (3.583.434,99)

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos

(18.194.561,72) (3.583.434,99)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Empréstimos tomados 0,00 0,00

(-) Pagamento de empréstimos/debêntures (0,00) (213.000,00)

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos

(0,00) (213.000,00)

Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa (158.247,40) 228.262,53

No início do período 233.431,68 5.169,15

No final do período 75.184,28 233.431,68

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2017	2016
1 - Receitas	7.368.946,53	6.747.918,45

...continuação) ques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de conservação e consumo, higiene e gêneros alimentícios. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2.017 é de R\$ 76.660,15. **Valores em Reais**

Tipo	31.12.2017	31.12.2016
Materiais do setor de Nutrição	4.442,04	8.421,57
Materiais de Almoxarifado	72.218,11	42.254,65
Materiais de Terceiros	35.123.776,32	16.837.720,78
Total	35.200.436,47	16.888.397,00

3.5.1 - Estoques de Terceiros: É composto exclusivamente por medicamentos fornecidos mensalmente a unidade gerenciada através da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo para armazenagem e dispensação, a fim de que seja executado o objeto do Convênio firmado entre as partes. Esses medicamentos são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. No exercício de 2017 esses medicamentos correspondem ao valor de R\$ 35.123.776,32 (Conforme evidenciado no quadro acima). **3.6 -**

Descrição	Posição em 31/12/2016	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2017
Imobilizado - Bens de Terceiros	536.920,05	12.745,00	(0,00)	549.665,05
Bens Móveis	536.920,05	12.745,00	(0,00)	549.665,05
Equipamento Processamento de Dados	68.312,30	6.351,00	(0,00)	74.663,30
Mobiliário em Geral	443.448,00	0,00	(0,00)	443.448,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	13.147,35	412,00	(0,00)	13.559,35
Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.558,00	5.982,00	(0,00)	9.540,00
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	759,90	0,00	(0,00)	759,90
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	7.694,50	0,00	(0,00)	7.694,50
Total Imobilizado - Terceiros	536.920,05	12.745,00	(0,00)	549.665,05

Descrição	Posição em 31/12/2016	Ajuste de Vida Útil	Posição em 31/12/2017	Taxas anuais médias de Ajuste
Ajuste de Vida Útil Acumulada de Bens de Terceiros	(261.845,34)	0,00	(104.238,82)	(366.084,16)
Bens Móveis	(261.845,34)	0,00	(104.238,82)	(366.084,16)
Equipamento Processamento de Dados	(34.623,10)	0,00	(14.088,72)	(48.711,82)
Mobiliário em Geral	(219.470,15)	0,00	(86.706,96)	(306.177,11)
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(3.362,52)	0,00	(1.328,44)	(4.690,96)
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(910,04)	0,00	(499,50)	(1.409,54)
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(82,29)	0,00	(75,96)	(158,25)
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	(3.397,24)	0,00	(1.539,24)	(4.936,48)
Total Ajuste de Vida Útil Acumulada	(261.845,34)	0,00	(104.238,82)	(366.084,16)

3.8.1 - Ajuste de Vida Útil: A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. **3.9 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e serviços adquiridos no curso normal das atividades. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte, relacionados a contratos de prestação de serviços, tais como: limpeza e conservação, vigilância, portaria, manutenções preventivas, etc. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS, sendo reconhecidos obedecendo ao princípio da competência. Os mesmos são recolhidos mensalmente em suas respectivas datas de vencimento, ou seja, INSS até o dia 20, FGTS até o dia 07 e PIS até o dia 25 do mês subsequente, conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior a data limite. **3.13 - Provisões de Férias e Encargos:** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. **3.14 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS, os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 e ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSP), conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior a data limite. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do Artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2017 totalizou R\$ 18.225,92. **3.16 - Empréstimos Funcionários:** Conforme Lei 10.820 de 17/12/2003 são empréstimos consignados realizados por Instituições Financeiras a funcionários mediante anuência da Entidade, com pagamentos indiretos cujas parcelas são deduzidas diretamente da folha de pagamento. Em atendimento a legislação vigente a unidade gerenciada oferece a seus funcionários créditos consignados junto ao Banco Bradesco S.A. O saldo contabilizado em 31.12.2017 foi de R\$ 2.627,35. **3.17 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que em um primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.18 - Convênios/Contratos públicos a realizar (Circulante e não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos em Convênios com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do Convênio, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2017 representa R\$ 12.028.920,82 e a realizar em longo prazo representa o valor de R\$ 7.617.362,04. **3.19 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajustes dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.20 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.21 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução Nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da S.P.D.M.

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas

Despesas Pagas Antecipadamente: Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício principalmente, respeitando o Princípio da Competência. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a unidade gerenciada efetua contratação de seguros, em valores considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.7 - Valores a Receber (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta em 2017 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Convênio nº 778/2016, celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, totalizando R\$ 7.617.362,04. **3.8 - Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado de uso da unidade gerenciada CEAF - Vila Mariana é composto por bens de terceiros, fruto de aquisições realizada com recursos de convênios para os quais possuímos documentação de cessão de uso sendo classificados de modo a atender a legislação atual. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2016	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2017
Imobilizado - Bens de Terceiros	536.920,05	12.745,00	(0,00)	549.665,05
Bens Móveis	536.920,05	12.745,00	(0,00)	549.665,05
Equipamento Processamento de Dados	68.312,30	6.351,00	(0,00)	74.663,30
Mobiliário em Geral	443.448,00	0,00	(0,00)	443.448,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	13.147,35	412,00	(0,00)	13.559,35
Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.558,00	5.982,00	(0,00)	9.540,00
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	759,90	0,00	(0,00)	759,90
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	7.694,50	0,00	(0,00)	7.694,50
Total Imobilizado - Terceiros	536.920,05	12.745,00	(0,00)	549.665,05

segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através Convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento dos Convênios. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da unidade gerenciada e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais por sua vez estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e foram segregadas, classificadas de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a unidade gerenciada presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos

8 - Relatório de Execução

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2017	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
Medicamentos Distribuídos - Total		10.271.856		11.279.782		21.551.638
Atendimentos - Total	120.000 atendimentos	169.488	120.000 atendimentos	194.180	240.000 atendimentos	363.668
Triagem		54.609		60.485		115.094
Farmácia de Alto Custo		114.879		133.695		248.574

(* Observação: a meta proposta de todas as Unidades trata-se de estimativa de atendimento, que pode sofrer incremento ou decremento, haja vista a característica dos serviços da Unidade de Farmácia, que permite a demanda espontânea de pacientes.

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 e a portaria 834/16 do Ministério da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.003623/2018-01 MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam em 2017: R\$ 1.018.811,13. Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu no exercício de 2017, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica e monta em R\$ 827.568,24. Em 2016, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou o valor de R\$ 827.568,24. **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu no exercício de 2017, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de Terceiros a qual se encontra registrada em conta específica e monta em R\$ 1.000,00. Em 2016, a Unidade não usufruiu a referida isenção. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2017 foi de R\$ 190.242,89. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2016, esse montante foi de R\$ 175.674,70. **9.4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Fe-

deral de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2017, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 8.706,45 (Oito mil setecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos). Em 2016 a entidade apurou o valor de R\$ 7.660,22 (Sete mil seiscentos e sessenta reais e vinte e dois centavos). **10 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o Artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2017.

Numero do Convênio	Vigência	Valor Recebido em 2017
778/2016	30/12/2016 à 30/12/2019	R\$ 6.633.452,12

Total dos Convênios (Recebido)	R\$ 6.633.452,12
5- Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos posteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2016 e 2017 respectivamente. 6 - Resultado Operacional: Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2017, a Instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 6.647.244,03 esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade gerenciada, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ (6.355.220,86). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado operacional, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 292.023,17. O resultado superavitário ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do Convênio, demonstrando seu equilíbrio econômico-financeiro. 7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS: Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2017 o CEAF - Vila Mariana, apresentou a seguinte produção:	

Tipo de Atendimento	Total
Medicamentos Distribuídos	21.551.638
Pacientes - Atendimentos Triagem	115.094
Pacientes - Atendimentos Guichê / Presencial Alto Custo	248.574

Relatório de Execução do Contrato de Gestã - 2017		1º Semestre		2º Semestre		Total 2017	
Linha de Contratação	Meta Proposta	Resultado Alcançado		Resultado Alcançado		Meta Proposta	Resultado Alcançado
		Proposta	Alcançado	Proposta	Alcançado		
Medicamentos Distribuídos - Total		10.271.856	11.279.782		21.551.638		21.551.638
Atendimentos - Total	120.000 atendimentos	169.488	194.180	120.000 atendimentos	194.180	240.000 atendimentos	363.668
Triagem		54.609	60.485		60.485		115.094
Farmácia de Alto Custo		114.879	133.695		133.695		248.574

Dr. Luiz Fernando Haigag Djabraian - Diretor Técnico

Aline Fernanda dos Santos V. Custódio - Contadora - CRC 1SP 298.438/O-8

nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

continua

...continuação

ma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional

mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em re-

lação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29 de março de 2018. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3**, Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04, Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620

PHILIPS		PHILIPS LIGHTING ILUMINAÇÃO LTDA.	
C.N.P.J. 22.555.787/0001-90		C.N.P.J. 22.555.787/0001-90	
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)			
Relatório da Administração: Senhores Cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2017. Colocamos à disposição dos senhores cotistas os documentos correspondentes às referidas demonstrações.			
BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	
Ativo	2017 2016	Passivo e patrimônio líquido	2017 2016
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	4.993 13.908	Fornecedores	27.998 27.421
Contas a receber de clientes	110.892 73.804	Empréstimo	80.037 -
Partes relacionadas	4.831 4.191	Obrigações trabalhistas	7.425 2.900
Estoques	120.952 68.140	Partes relacionadas	59.654 24.224
Impostos e contribuições a recuperar	4.781 5.443	Impostos e contribuições a recolher	15.857 4.332
Outros créditos	22.825 7.839	Provisões	25.145 35.635
Total do ativo circulante	269.274 173.325	Outras contas a pagar	535 10.535
Não circulante		Total do passivo circulante	216.651 105.047
Depósitos judiciais	8.336 5.061	Não circulante	
Impostos e contribuições a recuperar	15.127 10.134	Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	50.374 63.977
Investimento	1.350 -	Plano de benefícios a funcionários	86.436 72.656
Imobilizado	13.819 14.074	Outras contas a pagar de longo prazo	667 177
Total do ativo não circulante	38.632 29.269	Total do passivo não circulante	137.477 136.810
Total do ativo	307.906 202.594	Patrimônio líquido	
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2017 2016		2017 2016
Venda de produtos	328.297 331.316	Capital acumulado social	
Custo dos produtos vendidos	(215.836) (211.926)	Prejuízos acumulados	
Lucro bruto	112.461 119.390	Outros resultados abrangentes	
Receitas (despesas)		Ajuste de avaliação patrimonial	
Despesas administrativas e gerais	(103.418) (131.298)	Total do	
(Despesas) receitas financeiras	(3.196) (5.824)	Saldo em 31/12/2016	10.500 (22.237) (8.652) (18.874) (39.263)
Equivalência patrimonial	1.450 (1.859)	Ajuste de exercícios anteriores	- - - - -
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	7.297 (19.591)	Resultado do exercício	- 7.297 - - 7.297
Imposto de renda e contribuição social	- (2.646)	Benefícios a empregados	- - - 14.256 (14.256)
Lucro/(prejuízo) do exercício	7.297 (22.237)	Saldo em 31/12/2017	10.500 (14.940) (22.908) (18.874) (46.222)
Daniel Tatini - Diretor - CPF: 258.223.458-32		Sérgio Roberto Amar - Contador - CRC/SP: 1SP290409/O-0	

EÓLICA FORMOSA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 05.532.529/0001-70

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, vimos submeter à consideração de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 da empresa Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. As Demonstrações Financeiras na íntegra encontram-se à disposição na sede da Companhia. Continuamos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas. São Paulo, 26 de abril de 2018

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)		Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)	
Ativo	31/12/2017 31/12/2016	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017 31/12/2016
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	3.166 4.599	Fornecedores	2.250 1.087
Títulos e valores mobiliários	- 334	Empréstimos e financiamentos	4.948 3.888
Contas a receber de clientes	15.176 19.000	Debêntures	21.630 20.172
Impostos a recuperar	1.047 3.060	Obrigações tributárias	2.889 2.821
Despesas antecipadas	1.630 -	Dividendos a pagar	- 2.024
Adiantamento a fornecedores	907 -	Provisão para custos socioambientais	- 135
Outros créditos	204 2.804	Adiantamentos de clientes	18.374 -
Total do circulante	22.130 29.797	Outros passivos	372 1.695
Não circulante		Total do circulante	50.463 31.822
Impostos diferidos	540 245	Não circulante	
Outros créditos	1.391 -	Empréstimos e financiamentos	40.158 44.737
Aplicações financeiras vinculadas	26.865 24.479	Debêntures	213.153 218.407
Empréstimos a receber	120.592 82.490	Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	10.638 9.772
Impostos a recuperar	- 2.129	Total do não circulante	263.949 272.916
Imobilizado	273.960 297.419	Patrimônio líquido	
Intangível	3.545 4.571	Capital integralizado	92.900 92.900
Total do não circulante	426.893 411.333	Reservas de lucros	41.711 43.492
Total do ativo	449.023 441.130	Total do patrimônio líquido	134.611 136.392
		Total do passivo e patrimônio líquido	449.023 441.130
Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2017 31/12/2016		31/12/2017 31/12/2016
Receita operacional líquida	84.344 100.701	Receitas financeiras	11.181 7.888
Custo de geração de energia elétrica	(45.196) (46.136)	Despesas financeiras	(25.005) (26.699)
Lucro bruto	39.148 54.565	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.285 35.220
Despesas operacionais		Imposto de renda e contribuição social - correntes	(4.283) (4.194)
Gerais e administrativas	(3.039) (534)	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	295 (1.177)
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros	36.109 54.031	Lucro líquido dos exercícios	18.297 29.849
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)			
		Reservas de lucros	
		Capital Social	Reserva legal
Saldo em 31 de dezembro de 2015	92.900 3.651 14.582	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros
Pagamento de dividendos do exercício de 2015	- - (14.582)	Lucros acumulados	Total
Lucro líquido do exercício	- - -	- - -	- 29.849 29.849
Proposta da Administração:			
Constituição de reserva de incentivos fiscais	- - -	6.255	(6.255) -
Constituição de reserva legal	- 1.492 -	-	(1.492) -
Dividendos mínimo obrigatório	- - -	-	(5.526) (5.526)
Constituição de reserva de lucro	- - 16.576	-	(16.576) -
Saldo em 31 de dezembro de 2016	92.900 5.143 16.576	21.773	- 136.392
Pagamento de dividendos do exercício de 2016	- - (16.576)	-	- (16.576)
Lucro líquido do exercício	- - -	-	18.297 18.297
Proposta da Administração:			
Constituição de reserva de incentivos fiscais	- - -	4.161	(4.161) -
Constituição de reserva legal	- 915 -	-	(915) -
Dividendos recebidos antecipadamente	- - -	-	(3.502) (3.502)
Constituição de reserva de lucro	- - 9.719	-	(9.719) -
Saldo em 31 de dezembro de 2017	92.900 6.058 9.719	25.934	- 134.611

A Diretoria

Daniela Ribeiro Mendes - Contadora: CRC 1SP199348/O-0